O paradoxo das carnes: comércio, saúde e sustentabilidade nos sistemas alimentares contemporâneos

La paradoja de la carne: comercio, salud y sostenibilidad en los sistemas alimentarios contemporáneos

The Meat Paradox: Trade, Health, and Sustainability in Contemporary Food Systems

Eduardo Nilson, Erin William, Denise Oliveira e Silva

Resumo: Nesse informe, discutimos os impactos dos produtos de origem animal sobre a saúde humana e planetária. Enquanto as últimas décadas mostram um significativo aumento na produção e no consumo desses produtos, em especial carnes e laticínios bovinos, bem como a hipervalorização das proteínas nas dietas, evidências apontam que, em geral, não há déficit de proteínas em populações como a brasileira e que precisamos reduzir o consumo de carnes vermelhas e processadas. Saindo desse tema central, exploramos brevemente o momento para iniciar uma discussão sobre os possíveis impactos da reforma do multilateralismo a partir das Nações Unidas sobre as agências de nutrição, sediadas em Roma.

Resumen: *En este informe, analizamos los efectos de los productos de origen animal sobre la salud humana y del planeta. Si bien en las últimas décadas se ha producido un aumento significativo de la producción y el consumo de estos productos, especialmente de la carne y los lácteos de vacuno, así como una sobrevaloración de las proteínas en la alimentación, las pruebas indican que, en general, no existe déficit de proteínas en poblaciones como la brasileña y que debemos reducir el consumo de carne roja y procesada. Partiendo de este tema central, exploramos brevemente el momento para iniciar un debate sobre los posibles impactos de la reforma del multilateralismo, impulsada por las Naciones Unidas, en las agencias de nutrición con sede en Roma.*

Abstract: *In this report, we discuss the impacts of animal-based products on human and planetary health. While recent decades have seen a significant increase in the production and consumption of these products—particularly beef and dairy products—as well as an overemphasis on protein in diets, evidence suggests that, in general, there is no protein deficiency in populations such as Brazil's and that we need to reduce our consumption of red and processed meats. Building on this central theme, we briefly explore the current moment as an opportunity to initiate a discussion on the potential impacts of the reform of multilateralism—led by the United Nations—on the Rome-based nutrition agencies.*

As carnes animais e outros alimentos de origem animal têm assumido historicamente uma grande importância na dieta de grande parte das populações no mundo e as tendências em sua produção refletem esse papel: segundo a FAO, a produção de carne global atingiu 371 milhões de toneladas em 2024, com crescimento de 0,8% liderado pela avicultura, enquanto a América Latina consolidou-se como polo dinâmico do setor: o Brasil aumentou a produção de

frangos em 29,3% e de suínos em 32% na última década, respondendo por 24% do comércio mundial de carnes.

Enquanto isso, o Brasil firmou-se como um dos principais produtores e exportadores de carnes animais, especialmente bovina e suína, no mundo, setor ameaçado por retaliações sanitárias e comerciais a exemplo da recente proibição de importação de carnes brasileiras pela União Europeia (EU), sob a alegação de inconformidade com os rigorosos padrões sanitários e de rastreabilidade do bloco, que exigem garantias contra o uso de antimicrobianos como promotores de crescimento e um sistema individual de monitoramento do histórico de medicamentos ao longo da vida do animal (requisitos não atendidos plenamente pelo país, cuja implementação de rastreabilidade efetiva está prevista apenas para 2032).

A decisão adquire contornos geopolíticos sensíveis por ter sido oficializada pouco após a entrada em vigor provisória do acordo UE-Mercosul, criando uma contradição que o governo brasileiro busca reverter por vias diplomáticas, enquanto a solução definitiva exigiria ou a ampliação das restrições legais a medicamentos veterinários ou a implantação de sistemas de rastreabilidade mais rigorosos e onerosos para toda a cadeia produtiva, sob pena de comprometimento das cotas de exportação recém-negociadas e de significativo impacto econômico sobre o setor pecuário brasileiro.

Do ponto de vista da saúde humana, dois movimentos se opõem na atualidade: um primeiro de valorização do papel das proteínas nas dietas (principalmente de origem animal) e, por outro, os riscos associados à produção e consumo de carnes animais, especialmente as bovinas e suínas. A própria FAO e a OMS reconhecem que, apesar das carnes serem importantes fontes de proteínas e micronutrientes, as múltiplas evidências globais que mostram os grandes impactos à saúde humana associados ao consumo elevado de carnes vermelhas e processadas, incluem riscos de doenças cardiovasculares, diabetes tipo 2, obesidade, câncer colorretal e zoonoses, além da associação com a emergência de resistência antimicrobiana e potenciais novas pandemias. Paralelamente, a pecuária contribui com 14,5% das emissões globais de gases de efeito estufa, superando o setor de transportes, com destaque para as emissões de metano entérico e óxido nitroso provenientes de dejetos, além de ser responsável por 70% da terra agrícola utilizada e da grande pegada hídrica produção em particular de carne bovina, impulsionando o desmatamento em regiões como a América Latina e a degradação de ecossistemas em nível global.

Ainda, observamos, de forma geral, essa supervalorização do papel das proteínas nas dietas e das carnes animais que não é justificada em termos nutricionais, tendo em vista que, ao contrário do que muitos possam imaginar, não há um déficit proteico prevalente no mundo, mas um excesso de proteínas, em especial daquelas de origem animal, que frequentemente comprometem inclusive a diversidade alimentar na medida que esses alimentos são mais caros do que os alimentos de origem vegetal em geral. Enquanto isso, as indústrias de ultraprocessados lançam cada vez mais produtos, incluindo suplementos, para suprir a demanda criada por proteínas sem necessidade real de mais deste nutriente, apelando inclusive para aspectos ambientais com produtos à base de proteínas de origem vegetal.

Saindo do tema das carnes e proteínas animais, a reforma do multilateralismo global é outra questão central no momento, com os grandes desafios na manutenção da agenda de nutrição e de segurança alimentar e nutricional, coordenada pelas agências sediadas em Roma, assim como buscando evitar duplicidades e sobreposições de agenda e, ainda, garantir financiamento suficiente e contínuo para suas atividades nas diferentes regiões do planeta.

O relatório da FAO sobre produtos de origem animal terrestre

Começamos este informe detalhando o recente relatório da FAO sobre produtos de origem animal, "Fatores determinantes da oferta e da demanda de alimentos de origem animal terrestre: uma visão geral das evidências e políticas sobre o estado do conhecimento e lacunas" (tradução livre de: "*Drivers of supply and demand of terrestrial animal source food – An evidence and policy overview on the state of knowledge and gaps"*), que mostrou como a sua produção e consumo aumentaram substancialmente nas últimas décadas, consolidando o setor de pecuária como um dos mais dinâmicos da agricultura global (Food and Agriculture Organization (FAO), 2026). Na justificativa para sua elaboração, o texto enfatiza que a desnutrição em todas as suas formas constitui preocupação global com impactos duradouros na saúde, no desenvolvimento e na economia, e que, embora múltiplas causas contribuam para esses quadros, dietas saudáveis são centrais para sua prevenção, e sistemas agroalimentares sustentáveis devem ser parte da solução para garantir alimentação adequada e acessível, especialmente para populações vulneráveis.

Nesse cenário nutricional, a FAO destaca que os alimentos de origem animal terrestre fornecem energia e nutrientes essenciais, como proteína de alta qualidade e vitaminas e minerais menos comuns em outros alimentos, e podem ser produzidos em ambientes variados, incluindo áreas inadequadas para cultivos. Entretanto, seu potencial de contribuição para a saúde humana e planetária depende do enfrentamento de desafios ambientais (desmatamento, emissões de gases de efeito estufa, uso insustentável da água e da terra, poluição, competição por alimentos), de manejo (baixa produtividade, sobrepastoreio, bem-estar animal) e sanitários (doenças, resistência antimicrobiana), além de questões sociais e riscos zoonóticos e de doenças transmitidas por alimentos. Apesar de não mencionado neste relatório, vale a pena reforçar, também, que o alto consumo de carnes vermelhas e processadas está associado a uma série de problemas de saúde, incluindo riscos aumentados de câncer colorretal, doenças cardiovasculares, obesidade e diabetes.

Para dar uma dimensão da magnitude dessas doenças, segundo o Estudo de Carga Global das Doenças (GBD), em 2023, as mortes globais atribuíveis ao consumo excessivo de carnes vermelhas foi de cerca de 364 mil, enquanto o excesso de carnes processadas causou aproximadamente 307 mil mortes (sendo, no Brasil, de 19 mil e 6 mil mortes, respectivamente). Isso corresponde a uma carga de morbimortalidade de 585 mil anos de vida ajustados por incapacidade (DALYs) para o consumo excessivo de carnes vermelhas e de 989 mil DALYs para as carnes processadas, em termos globais, em 2023 (IHME, 2025).

Diante desse cenário, em outubro de 2020, o Comitê de Agricultura da FAO solicitou uma avaliação global abrangente, baseada em ciência e evidências, sobre a contribuição da pecuária para a segurança alimentar, sistemas alimentares sustentáveis, nutrição e dietas saudáveis, resultando na presente Avaliação, que adota uma abordagem de sistemas agroalimentares e perspectiva da Saúde Única para examinar as dimensões econômicas, sociais e ambientais da sustentabilidade no contexto da Agenda 2030. Assim, o relatório busca examinar os determinantes da oferta e demanda de alimentos de origem animal terrestre em todo o mundo, bem como os fatores que influenciam o comportamento do consumidor e as circunstâncias individuais relacionadas à aquisição e ao consumo desses alimentos, incluindo uma análise do panorama político e legislativo pertinente aos ambientes alimentares.

A análise apresentada ao longo do documento examina as evidências emergentes sobre a oferta e a demanda de alimentos de origem animal terrestre (da sigla em inglês, TASF,

significando *terrestrial animal source food*) e o consequente comportamento do consumidor em relação à aquisição e ao consumo desses alimentos, bem como as políticas e os marcos legais que afetam direta e indiretamente essas tendências, por meio do referencial do ambiente alimentar.

O relatório define que o ambiente alimentar compreende os fatores físicos, econômicos, sociais e culturais que influenciam a disponibilidade de alimentos, bem como o acesso e as escolhas alimentares dos indivíduos, abrangendo os contextos mais amplos nos quais as pessoas tomam decisões sobre o que comer. Esse referencial engloba oito dimensões distribuídas em dois domínios: o domínio externo, que compreende a disponibilidade de alimentos, o preço dos alimentos, as propriedades dos vendedores e dos produtos, e o marketing e a regulação; e o domínio pessoal, que abrange a acessibilidade, a acessibilidade econômica (*affordability*), a conveniência e a desejabilidade dos alimentos. O domínio externo influencia a produção e a oferta de alimentos, enquanto o domínio pessoal afeta a demanda e a aquisição de alimentos, moldando, em última instância, os padrões de consumo.

A oferta global de TASF, notadamente leite e derivados, ovos e carne, aumentou rapidamente entre 1961 e 2022, sendo o crescimento da oferta per capita impulsionado por três commodities: ovos, carne de aves e carne suína. Embora a disponibilidade global total de TASF tenha aumentado, a disponibilidade per capita de carne bovina e miúdos manteve-se estável ou diminuiu nas últimas seis décadas, observando-se também disparidades regionais na produção e na disponibilidade per capita de TASF. Os TASF são mais caros em países de baixa e média renda do que em países de alta renda em relação à distribuição de renda estimada, especialmente na África Subsaariana e no Sul da Ásia, e estima-se que 14% de todos os TASF sejam perdidos ou desperdiçados, cujos principais fatores são a alta perecibilidade e as inadequações na infraestrutura de cadeia de frio e consequente deterioração por falta de controle de temperatura, problema particularmente grave em países de baixa e média renda.

A América Latina, por exemplo, registrou crescimento constante na produção de aves e suínos ao longo dos últimos dez anos. No período, o volume de carne de frango aumentou 29,3%, enquanto a produção de carne suína saltou 32% na mesma década. O estoque de frangos triplicou nos países do Mercosul e da América Central nas últimas três décadas, e mais do que triplicou nos países andinos e no Caribe. O Brasil é um dos mais importantes produtores de carne bovina no mundo, resultado de décadas de investimento em tecnologia que elevou produtividade e qualidade, tornando o produto competitivo e chegado ao mercado de mais de 150 países. Em quatro décadas, a pecuária bovina sofreu modernização revolucionária sustentada por avanços tecnológicos dos sistemas de produção e na organização da cadeia. O rebanho mais que dobrou, enquanto a área de pastagens pouco avançou ou até diminuiu em algumas regiões, indicativo claro de aumento da produtividade.

Na continuidade das análises do relatório, foram incluídos 217 estudos em uma revisão sistemática da evidência existente sobre o papel dos ambientes alimentares no incentivo ou desestímulo à aquisição e ao consumo de TASF, sendo que a maioria (127) proveniente de países de alta renda, dos quais 83 dos Estados Unidos, enquanto a pesquisa em países de baixa e média renda foi limitada a 86 estudos relevantes, com apenas 15 oriundos de países de baixa renda. As evidências dos países de alta renda concentraram-se principalmente na disponibilidade de TASF em ambientes alimentares domésticos, de vizinhança e escolares nos Estados Unidos, onde carnes com teor de gordura superior a 10%, bem como leite e derivados com teor de gordura igual ou superior a 2%, estavam mais prontamente disponíveis a preços mais baixos do que as alternativas com baixo teor de gordura; além disso, os dados sugerem a falta de disponibilidade

de TASF com baixo teor de gordura em lojas menores em comparação com supermercados, sendo que essas lojas menores geralmente atendem comunidades marginalizadas. Há uma notável escassez de pesquisas sobre o domínio pessoal do ambiente alimentar, compreendendo as dimensões de acessibilidade, acessibilidade econômica, conveniência e desejabilidade, no contexto de TASF, sendo que pesquisas futuras que abordem essas dimensões devem ser desagregadas em nível comunitário para fornecer evidências para formulação de políticas direcionadas.

O documento também constata uma escassez de estudos sobre como os ambientes alimentares em países de baixa e média renda apoiam ou dificultam a aquisição e o consumo de TASF, embora as evidências disponíveis sugiram que a demanda por TASF é elástica e que a dimensão preço é altamente determinante para a compra, sendo a acessibilidade econômica apontada como uma restrição fundamental em relação à aquisição de TASF, com alta probabilidade de influenciar o consumo, particularmente verdadeira para áreas rurais de países de baixa renda, onde os TASF eram inacessíveis nos mercados locais, com carnes de raças locais e indígenas de frango e cabra apresentando preços premium. A maioria dos estudos em países de baixa e média renda concentrou-se na desejabilidade dos TASF, uma dimensão do domínio pessoal do ambiente alimentar, identificando aspectos relevantes como preferências de sabor, práticas culturais, conhecimento, habilidades e conscientização, sendo que as noções do que constitui TASF fresco e seguro variaram entre contextos geográficos, e vários estudos também elucidaram as formas pelas quais as normas de gênero interagem com a aquisição e o consumo de TASF, destacando a necessidade de melhor cruzar gênero com outros fatores como idade, educação, ocupação e etnia. As evidências de países de baixa e média renda sugerem mudanças de ambientes alimentares tradicionais para ambientes mais modernos, tendências consistentes entre áreas urbanas e rurais que parecem refletir o comportamento do consumidor em diferentes níveis de renda, sendo que o leite e derivados foram a categoria de TASF mais estudada, seguida por todas as carnes agregadas, o que pode ser um artefato dos instrumentos de pesquisa em uso, que coletam dados sobre todos os tipos de carne sem diferenciar por espécie pecuária.

Ainda, no estudo foram revisados 574 documentos políticos e legislativos relacionados a vários aspectos do ambiente alimentar segundo um referencial que descreve o ambiente alimentar como composto por dois domínios, cada um com quatro dimensões: o domínio externo abrange disponibilidade, preço, propriedades do vendedor e do produto, e marketing e regulação; o domínio pessoal abrange acessibilidade, acessibilidade econômica, conveniência e desejabilidade. Apenas quatro políticas e documentos legislativos abordaram o domínio pessoal, todos focados em apenas uma dimensão (acessibilidade econômica), enquanto os 570 restantes cobriram as quatro dimensões do domínio externo em proporções variadas. A categoria de TASF mais frequentemente abordada foi leite e derivados, respondendo por 20% dos documentos, seguida por carne em geral (15%), TASF em geral (12%), carne de aves (11%), ovos (10%), carne vermelha (incluindo carne bovina) (8%), carne suína (7%) e carne ovina e caprina (6%), com cobertura significativamente menor para insetos, miúdos e carne de animais silvestres.

A maioria dos documentos analisados veio de países de renda média-alta (228), seguida por países de alta renda (156) e países de renda média-baixa (125), com apenas 40 dos 574 documentos provenientes de países de baixa renda. Os documentos de países de alta renda e renda média-alta concentraram-se principalmente em regulamentações de qualidade e segurança alimentar e em marketing, enquanto os de países de baixa e renda média-baixa preocuparam-se em aumentar a disponibilidade de TASF, estabilizar preços para produtores e

consumidores e apoiar os meios de subsistência dos produtores, incluindo planos setoriais para agricultura, pecuária, segurança alimentar e nutricional; os TASF raramente foram mencionados no contexto de programas de proteção social, como alimentação escolar ou sistemas públicos de distribuição.

As conclusões da análise documental foram analisadas em combinação com as evidências emergentes da revisão de escopo para identificar convergências e lacunas no panorama de evidências e políticas, revelando que, embora a oferta de TASF tenha aumentado rapidamente nas últimas seis décadas, persistem inequidades entre países e dentro deles. Por exemplo, países de alta renda apresentam disponibilidade per capita marcadamente maior, enquanto em países de baixa e média renda muitas pessoas não conseguem adquirir TASF devido a problemas de disponibilidade e acessibilidade econômica. Em países de alta renda, a pesquisa concentrou-se predominantemente no teor de gordura de vários TASF, especialmente nos Estados Unidos, com menos evidências sobre o processamento de TASF, particularmente para processamento industrial e ultraprocessamento, enquanto a maioria das evidências sobre riscos à segurança alimentar veio de países de baixa e média renda, onde os consumidores perceberam contaminantes químicos e aditivos como um risco maior do que patógenos.

A pesquisa em países de baixa e média renda pareceu cobrir uma gama mais ampla de tópicos em comparação com a pesquisa em países de alta renda, incluindo exames do papel dos TASF e mercados informais na formação de dietas tradicionais, enquanto o comércio foi um componente significativo dos documentos políticos e legislativos em nível global, com inclusão focada principalmente na proibição de importações para proteger mercados domésticos, sendo necessários mais estudos para examinar os efeitos do setor de carnes em países de baixa renda, como o comércio internacional de cortes de carne de menor valor que podem representar risco à saúde de comunidades vulneráveis e potencialmente deslocar a produção local.

Existem, todavia, desconexões significativas entre a pesquisa realizada até o momento e as agendas políticas contemporâneas, especialmente em áreas relacionadas a marketing e regulação, com evidências sugerindo que a maioria dos esforços de marketing concentra-se em TASF processados ou mesmo ultraprocessados. Enquanto isso, regulamentações, especialmente as relacionadas à rotulagem de produtos, lidam com maior variedade de questões relativas à dimensão de propriedades do vendedor e do produto, incluindo tipos de mercados, tamanhos de porção, embalagens, preocupações com qualidade, práticas para identificação adequada da origem de certos produtos alimentícios e métodos de produção. Ainda, características relacionadas à desejabilidade de certos TASF, como origem geográfica e preocupações ambientais ligadas aos métodos de produção, não pareceram totalmente representadas nos documentos políticos e legislativos contemporâneos.

As principais desconexões entre pesquisa e política identificadas incluem o fato de que muitos documentos políticos e legislativos não distinguiram entre TASF não processados e processados, nem entre os vários níveis de processamento; países de baixa e renda média-baixa concentraram-se principalmente em aumentar a disponibilidade de TASF, reduzir preços e, em menor extensão, melhorar a acessibilidade econômica, enquanto perderam oportunidades importantes de examinar outras dimensões do domínio pessoal do ambiente alimentar, como acessibilidade e conveniência; e, apesar de receberem grande cobertura na literatura, fatores relacionados à desejabilidade dos TASF estavam completamente ausentes dos documentos políticos e legislativos revisados, incluindo políticas de nutrição.

Segundo o relatório, lacunas nos dados limitam o desenvolvimento de políticas capazes de influenciar a demanda e a oferta de TASF, sendo que dados de consumo sobre TASF individuais serão essenciais para prever tendências futuras em termos de disponibilidade e acessibilidade, e os dados existentes sobre consumo em nível domiciliar ou individual frequentemente não são analisados em conjunto com dados sobre produção, enquanto a inadequação dos dados de perda e desperdício de alimentos dificulta a identificação de barreiras. Para esse enfrentamento, são necessárias terminologia e metodologias padronizadas para que os dados sobre tipos individuais de carne possam ser desagregados das pesquisas coletadas, e os estudos sobre miúdos, mel, insetos e carne de animais silvestres são limitados.

As principais lacunas na literatura existente incluem:

- a falta de métodos e métricas apropriados para capturar dados dos domínios externo e pessoal do ambiente alimentar para analisar suas interações;
- evidências limitadas relativas às dimensões externas do ambiente alimentar, especialmente propriedades do vendedor e do produto, bem como marketing e regulação, em todos os países, incluindo países de alta renda; e
- falta de evidências sobre as dimensões de acessibilidade e conveniência do domínio pessoal do ambiente alimentar em todos os países (inversamente, a desejabilidade e a acessibilidade econômica, as outras duas dimensões pessoais, receberam grande atenção na literatura, perdendo apenas para a dimensão de disponibilidade).

Segundo o relatório, há também escassez de pesquisa sobre

- barreiras de acessibilidade enfrentadas pelos consumidores, incluindo fatores que afetam a mobilidade, transporte e tempo e espaço necessários para adquirir e preparar TASF, especialmente para grupos social e fisicamente marginalizados; atitudes, fatores culturais, conhecimento e habilidades que influenciam a aversão e evitação de carne, especialmente entre mulheres grávidas e em idade fértil;
- o papel dos TASF em ambientes alimentares escolares em países de renda média-baixa; e
- a eficácia da infraestrutura projetada para reduzir a perecibilidade dos TASF e o risco de doenças transmitidas por alimentos em países de renda média-baixa.

Embora muitos documentos políticos e legislativos em países de alta renda e renda média-alta tenham abordado propriedades do vendedor e do produto relacionadas a TASF, recomendações detalhadas sobre níveis de processamento ou composição de nutrientes de alimentos processados raramente foram incluídas. Há necessidade de mais estudos sobre o papel dos TASF processados em vários ambientes alimentares e as implicações resultantes, com pesquisa intimamente ligada ao trabalho político que aborda o processamento de TASF, especialmente TASF ultraprocessados, incluindo análises dos riscos potenciais para a saúde humana e o meio ambiente, limitação que pode resultar da atual falta de um sistema de categorização acordado para alimentos ultraprocessados, especialmente produtos cárneos.

Uma constatação muito preocupante foi que a abordagem de Saúde Única estava ausente tanto da pesquisa quanto da agenda política sobre ambientes alimentares, e sua integração em documentos políticos e legislativos que cobrem ambientes alimentares no

contexto de TASF poderia ajudar a abordar algumas das preocupações identificadas de segurança alimentar, bem como os potenciais riscos e benefícios dos TASF para a saúde pública, enquanto promove práticas de produção sustentáveis.

No entanto, os impactos ambientais e de saúde da produção de carnes vermelhas, em particular, são significativos e exigem intervenções políticas, recomendando-se, portanto, a transição para sistemas de produção mais sustentáveis e eficientes, a redução do consumo excessivo de carne em populações de países desenvolvidos, implementação de normas de segurança alimentar e controle de substâncias nocivas, políticas de conservação de recursos hídricos e florestas, investimento em pesquisa para reduzir emissões de gases de efeito estufa da pecuária, e programas de educação nutricional para promover dietas equilibradas.

A FAO e outras organizações internacionais, portanto, destacam a necessidade de abordagens integradas que equilibrem produção, sustentabilidade ambiental e saúde pública para garantir sistemas alimentares resilientes e saudáveis. A transição para sistemas alimentares mais sustentáveis exige políticas coordenadas que integram dimensões de saúde, ambiente e equidade social, reconhecendo que a produção de carnes não pode continuar expandindo sem limites ecológicos e sanitários claros.

A proibição da importação de carne brasileira pela União Europeia

Após a assinatura de um acordo comercial com o bloco econômico do Mercosul (incluindo Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) em janeiro de 2026, a União Europeia anunciou, em maio do mesmo ano, uma decisão de proibir as importações de carne do Brasil, mantendo a aprovação para os demais países do bloco exportarem aves para a UE (Comissão Europeia, 2026; Máximo, 2026). Essa proibição abrange diversos produtos oriundos da pecuária, incluindo carne bovina, frango, ovos, mel, peixe e animais vivos destinados ao consumo, com a principal justificativa de insuficiência de documentação que comprovasse o controle do uso de antimicrobianos na produção pecuária (Máximo, 2026; Neto, 2026). A medida provocou ampla gama de reações, desde argumentos científicos sobre o risco da resistência antimicrobiana até descrições da proibição como um ato protecionista em resposta ao acordo UE-Mercosul, o que aumentaria a concorrência econômica para os produtores europeus (Salati, 2026; Pesce, 2026; Gilio, Capuzzi e Yoshida, 2026).

A alegação da UE baseou-se em três justificativas centrais: preocupações científicas relativas à resistência antimicrobiana, preocupações regulatórias quanto à conformidade com os padrões sanitários europeus e preocupações de fiscalização relativas à adequação dos mecanismos existentes de monitoramento e supervisão (Máximo, 2026; Neto, 2026; Teles, 2026). Em janeiro de 2006, a UE proibiu o uso de antibióticos como promotores de crescimento na alimentação animal, política implementada em resposta a preocupações crescentes com a resistência antimicrobiana, visando eliminar o uso não terapêutico de antimicrobianos na produção pecuária e reduzir as pressões seletivas que contribuem para o surgimento e disseminação de microrganismos resistentes. A principal reivindicação para a decisão de restringir as importações de carne brasileira fundamentou-se em preocupações sobre a rastreabilidade e o controle do uso de antimicrobianos na produção pecuária (Salati, 2026; Teles, 2026). Segundo a UE, o Brasil não forneceu documentação suficiente demonstrando adesão às restrições europeias ao uso de antimicrobianos na produção animal (Máximo, 2026; Neto, 2026).

O Brasil foi anteriormente listado entre os países terceiros autorizados a exportar certos produtos de origem animal para a UE, incluindo derivados de bovinos, equinos, aves e aquicultura, mas o Regulamento 2024/2598 foi revogado e a consolidação dos requisitos

antimicrobianos no Regulamento de Execução (UE) 2021/405 não incluiu o Brasil na lista atualizada de países não pertencentes à UE considerados conformes com as restrições. Como resultado, o Brasil perdeu sua autorização para exportar várias categorias de produtos de origem animal, apesar de permanecer listado em certos quadros de monitoramento de resíduos (Máximo, 2026; Neto, 2026), sugerindo que a proibição decorreu principalmente de preocupações com documentação suficiente de conformidade, em vez de detecção direta de substâncias antimicrobianas proibidas (Neto, 2026; Salati, 2026).

A decisão foi "recebida com surpresa", segundo nota conjunta dos ministérios brasileiros, e o anúncio ocorreu logo após a conclusão do acordo comercial UE-Mercosul, com apenas Brasil, Cazaquistão, Panamá e Emirados Árabes Unidos removidos da lista de países autorizados, o que gerou especulações sobre motivações políticas e econômicas subjacentes à medida (Salati, 2026; Pesce, 2026). O Diretor Geral da Associação Nacional de Indústrias de Carnes da Espanha observou que a decisão poderia lançar uma sombra sobre a implementação do acordo Mercosul e criar incerteza adicional em torno das futuras relações comerciais entre os dois blocos (EuroMeatNews, 2026).

A resposta do Brasil assumiu quatro formas principais: adaptação regulatória, contestação científica, diplomática e crítica político-econômica. A adaptação regulatória visou demonstrar conformidade com os padrões antimicrobianos da UE, com o governo brasileiro solicitando um período de transição para ajustar a cadeia de suprimentos de carne bovina às regulamentações, propondo um cronograma gradual para a conformidade plena com os padrões de rastreabilidade e monitoramento da UE, com requisitos obrigatórios a partir de 2029, pedido que foi rejeitado pela UE (Walendorff e Couto, 2026). Em abril de 2026, o Ministério da Agricultura emitiu regulamentação proibindo a importação, fabricação, venda e uso de antimicrobianos com finalidade de melhoramento de desempenho na produção pecuária, apontando essas reformas como evidência do compromisso do país em fortalecer a supervisão antimicrobiana (Walendorff e Couto, 2026; Teles, 2026).

Embora o governo brasileiro tenha implementado regulamentações mais alinhadas aos padrões europeus, as autoridades sustentam que a disputa centra-se na documentação, não na segurança sanitária dos alimentos, argumentando que, embora os sistemas de relatórios e rastreabilidade possam não satisfazer plenamente os requisitos documentais da UE, não há evidência científica demonstrando que as exportações brasileiras violam as restrições antimicrobianas ou representam risco aos consumidores (Neto, 2026; Salati, 2026). A contestação científica brasileira desafia a base probatória da proibição, com o Ministério da Agricultura apontando a monensina como exemplo de substância sob escrutínio, enfatizando que não consta da lista da UE de antimicrobianos reservados para medicina humana, e que as autoridades europeias não identificaram publicamente um antimicrobiano específico atualmente usado em violação das regulamentações, centrando-se em requisitos de documentação e rastreabilidade (Salati, 2026; Neto, 2026). Enquanto a UE argumenta que o Brasil deve demonstrar maior supervisão e rastreabilidade do uso de antimicrobianos na produção pecuária para prevenir o desenvolvimento de resistência antimicrobiana, representantes da indústria agrícola brasileira caracterizam a medida como uma forma de protecionismo (Salati, 2026; Gilio, Capuzzi e Yoshida, 2026).

O momento da proibição, logo após o fechamento do acordo UE-Mercosul, coincidiu com críticos argumentando que a decisão ocorreu em um ambiente político sensível, pois produtores agrícolas europeus expressaram preocupação com o aumento da concorrência das exportações de carne sul-americana, interpretando a medida como uma barreira comercial não

tarifária moldada por tensões mais amplas sobre acesso ao mercado agrícola, fiscalização regulatória e competição entre produtores europeus e brasileiros (Pesce, 2026; Gilio, Capuzzi e Yoshida, 2026).

Além disso, críticos enfatizam as potenciais consequências reputacionais e econômicas para a indústria de carnes brasileira se a medida for percebida como decorrente de preocupações científicas e sanitárias legítimas, em vez de mera falta de documentação, arriscando danificar a imagem internacional dos produtos cárneos brasileiros (Gilio, Capuzzi e Yoshida, 2026). No entanto, até o momento, as preocupações com efeitos de "transbordamento" (*spillover*) não se materializaram, com os preços do mercado de aves brasileiro aumentando em antecipação à medida, sugerindo que os participantes do mercado não esperam choques severos de oferta no curto prazo (Neto, 2026; Cook, 2026).

Embora a UE represente um mercado importante para a carne bovina brasileira, importando cortes de maior valor agregado, China e Estados Unidos permanecem como destinos de exportação substancialmente maiores (Gilio, Capuzzi e Yoshida, 2026). Estima-se que a UE responda por apenas 3,5% do volume de exportação de carne bovina brasileira e 5,3% do valor, enquanto a exposição de aves é ainda menor, em aproximadamente 2,4% do volume (Cook, 2026), indicando que as consequências econômicas diretas da proibição são relativamente limitadas, o que ajuda a explicar por que o significado político da disputa tem superado seu impacto financeiro imediato.

Dados do Insper Agro Global indicam que as exportações de carne do Mercosul para a UE diminuíram aproximadamente 1% ao ano entre 2000 e 2024, e a carne bovina do Mercosul representa apenas uma pequena parcela do consumo total europeu, desafiando as alegações de que as exportações sul-americanas representam uma grande ameaça competitiva e apoiando as críticas brasileiras de que considerações econômicas e políticas podem ter influenciado o debate (Gilio, Capuzzi e Yoshida, 2026).

Além disso, ativistas de bem-estar animal argumentam contra a ênfase excessiva nas proibições de antimicrobianos em detrimento do tratamento das causas subjacentes de doenças animais, incluindo superlotação, más condições de alojamento, estresse e uso de raças geneticamente vulneráveis, sustentando que as restrições da UE visam um sintoma em vez da fonte do problema, e defendem políticas que abordem condições estruturais que contribuem para a transmissão de doenças e sofrimento animal, como redução da densidade de estocagem e reconsideração de práticas de criação (Wright, 2026).

Um *plot twist* no olhar sobre as proteínas animais

Contudo, quando estamos falando da produção e consumo de alimentos de origem animal, há um grande problema: o crescimento do consumo de proteínas não é corroborado por uma real necessidade fisiológica individual ou de saúde pública para aumentar seu consumo na grande maioria das populações e isso está associado a grandes impactos à saúde humana, animal e planetária. Por exemplo, o consumo excessivo de carnes vermelhas e o consumo de carnes processadas estão fortemente associados ao risco de cânceres como o colorretal e a pecuária (em particular a bovina) está frequentemente associada ao uso de antibióticos, ao desmatamento e à poluição ambiental.

Essa questão é esclarecida no artigo "O mito do déficit proteico" (Abramovay *et al.*, 2025), que desafia a concepção histórica que associa pobreza e carência de proteínas, demonstrando que a ênfase em um único nutriente constitui uma armadilha conceitual que

negligencia o padrão alimentar integral. Donald McLaren, em seu clássico de 1974 "*The Great Protein Fiasco*", já denunciava o erro das organizações multilaterais em focar esforços na oferta de proteínas industrializadas sem considerar que, com raras exceções, quando se alcança suficiência energética dificilmente haverá déficit proteico, salvo em situações excepcionais com consumo restrito a alimentos como inhame ou mandioca, que apresentam baixo teor proteico.

A construção do mito do déficit proteico esteve intrinsecamente ligada aos interesses econômicos dos exportadores do Norte Global, que promoveram a distribuição de leite em pó, produto de excedente norte-americano desde os anos 1950, e formulações industriais ricas em proteínas, abandonando fontes vegetais proteicas localmente disponíveis. Esses produtos industriais tinham preços inacessíveis às populações mais pobres e, até hoje, não ofereceram contribuição expressiva no combate à fome nos países pobres, configurando preocupações nutricionais que serviam principalmente aos interesses dos exportadores de soja, milho, trigo e leite das abundantes safras norte-americanas. Mais recentemente, um produto antes considerado um rejeito industrial, o soro do leite (whey) se tornou uma das principais fontes de proteínas em alimentos e suplementos "fortificados", criando um mercado bilionário.

O mito da ingestão proteica insuficiente permanece até hoje e recebeu novas frentes de apoio em função dos problemas ambientais ligados à oferta de alimentos de origem animal, com estimativas de que a demanda por carnes aumentará estrondosamente com o crescimento populacional e de renda, trazendo custos ambientais gigantescos incluindo emissões de metano da pecuária bovina, uso massivo de antibióticos na criação industrial de aves e suínos (origem da resistência antimicrobiana) e consequências socioambientais das criações industriais. Neste cenário, ganham força soluções como proteínas produzidas em laboratório e produtos ultraprocessados *plant-based*, apresentados como única chance para preencher o suposto déficit proteico e preservar serviços ecossistêmicos.

Existe um vício fundamental neste raciocínio que concentra critérios de mercado nas demandas ilimitadas sem cotejar com as reais necessidades do organismo humano: os dados atuais mostram que, muito mais do que oferecer proteínas ou outros nutrientes via suplementação industrial ou fórmulas funcionais, o maior desafio da alimentação contemporânea está em ampliar a diversificação, reduzindo a participação de produtos de origem animal e ultraprocessados, e ampliando a presença de frutas, verduras e legumes in natura e minimamente processados provenientes da biodiversidade e tradições culturais locais.

A valorização recente das proteínas como "macronutriente virtuoso", especialmente por suas alegadas funções na promoção de saciedade e ganho de massa muscular, foi convenientemente prevalente no setor produtivo e reforçada por pecuaristas, frigoríficos e indústria de alimentos *plant-based*, cultivando a percepção de que "quanto mais, melhor", com cerca de 65% da população adulta dos Estados Unidos considerando o teor proteico ao comprar alimentos. Inclusive, as indústrias de ultraprocesados (incluindo os suplementos) estão investindo fortemente em produtos altos em proteínas, tendo como um de seus principais ingredientes um antigo rejeito industrial da produção de laticínios: o soro de leite (*whey*).

Dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018 respondem contraintuitivamente à questão sobre subestimação da importância das proteínas: em todas as faixas de renda brasileiras, incluindo os 20% mais pobres, a ingestão proteica média supera o necessário ao preenchimento das necessidades metabólicas humanas, com contribuição proteica de aproximadamente 18% do total de energia (acima dos 10-15% recomendados pela OMS) e déficit na ingestão de proteínas não chegando a 3% em qualquer estrato

socioeconômico, refletindo alto consumo de todos os tipos de carne e leguminosas incluindo feijões em todos os estratos. Em contrapartida, a disparidade no acesso a outros alimentos saudáveis e diversificados se revela na média do consumo de frutas, legumes e verduras, passando de 3,4% do total calórico no quinto de menor renda para 6,4% no quinto de maior renda, com 78,6% dos adultos nas capitais brasileiras não alcançando a recomendação da OMS de 400 g/dia/pessoa.

Essa abordagem é corroborada pelos relatórios da Comissão EAT-Lancet (Willett *et al.*, 2019)(Rockström *et al.*, 2025), que discutem extensivamente o que chamam de "caminho do consumo", focando na redução do consumo de produtos de origem animal por razões de saúde e sustentabilidade. Para alcançar o padrão alimentar recomendado globalmente até 2050, o estudo recomenda dobrar o consumo de frutas, legumes, nozes e leguminosas, enquanto reduz drasticamente o consumo de carne vermelha e açúcares adicionados (em mais de 50%). O estudo também enfatiza a necessidade de produção sustentável de alimentos, mantendo os limites planetários em termos de emissões de gases de efeito estufa, uso da terra, água doce, ciclos de nitrogênio e fósforo e perda de biodiversidade.

Com base nas evidências atuais, essas questões são abordadas sob a perspectiva da saúde, indicando que a preocupação com o alto consumo de alimentos de origem animal, especialmente a carne vermelha processada, está fundamentada no seu impacto na saúde humana, uma vez que o consumo elevado nesses níveis, particularmente no mundo ocidental, está associado ao aumento de doenças não transmissíveis relacionadas à dieta, como obesidade, doenças cardíacas e câncer, embora, por outro lado, as fontes reconheçam que esses alimentos são densos em nutrientes e podem fornecer uma contribuição vital para as necessidades diárias de proteína, vitamina B12, suprindo até 75% da necessidade recomendada, cálcio, zinco e ferro. Sob a perspectiva da sustentabilidade, as fontes detalham os impactos ambientais massivos do sistema atual de produção de carne e propõem limites baseados no uso da terra, apontando que a pecuária utiliza cerca de 70% de todas as terras agrícolas e é responsável por aproximadamente 60% das emissões de gases de efeito estufa geradas pelo sistema alimentar, além de destacar que um ponto crítico de insustentabilidade é o uso de terras aráveis para produzir ração, como grãos, em vez de comida direta para humanos, com cerca de 40% das terras aráveis globais destinadas à produção de ração, o que é menos eficiente do que a produção vegetal direta.

Assim, suas principais recomendações incluem comer predominantemente alimentos de origem vegetal, como frutas, verduras, grãos integrais, leguminosas e nozes, que deveriam compor metade do prato. A outra metade deve incluir pequenas quantidades opcionais de carne, peixe, ovos e laticínios. Para alcançar esse padrão alimentar globalmente até 2050, o estudo recomenda dobrar o consumo de frutas, legumes, nozes e leguminosas, enquanto reduz drasticamente o consumo de carne vermelha e açúcares adicionados — em mais de 50%. O estudo também enfatiza a necessidade de produção sustentável de alimentos, mantendo os limites planetários em termos de emissões de gases de efeito estufa, uso da terra, água doce, ciclos de nitrogênio e fósforo e perda de biodiversidade.

Contudo, as recomendações do EAT-Lancet em relação ao consumo de proteínas de origem animal são frequentemente consideradas muito rígidas e outra abordagens, como a de Van Zanten e colaboradores, define uma fronteira de terra sustentável para o consumo de produtos de origem animal, introduzindo o conceito de "pecuária de baixo custo", modelo que propõe que a criação de animais seja integrada a uma economia circular, focando na conversão de biomassa que humanos não podem ou não desejam consumir diretamente (Zanten, Van *et al.*, 2018). Dessa forma, os animais não consumiriam grãos que poderiam alimentar humanos,

mas converteriam “sobras ecológicas” (como resíduos de culturas, subprodutos da indústria alimentícia e resíduos de alimentos) além de recursos de pastagens, em alimentos valiosos.

Nessa abordagem, quanto à eficiência no uso da terra, a inclusão de alguma proteína animal proveniente desse sistema de baixo custo na dieta humana poderia liberar cerca de um quarto (25%) das terras aráveis globais em comparação com uma dieta totalmente vegana. Isso ocorre porque os animais reciclam nutrientes de fluxos de biomassa que, de outra forma, exigiriam cultivos vegetais adicionais para suprir as necessidades nutricionais humanas. Em termos de contribuição nutricional, estima-se que a pecuária de baixo custo possa fornecer entre 9 e 23 gramas de proteína por pessoa por dia, o que representa uma parte significativa da necessidade diária humana de 50 a 60 gramas, além de poder suprir cerca de 75% da ingestão recomendada de vitamina B12 e quantidades importantes de cálcio e zinco.

Qualquer que seja a abordagem, é fato que o consumo de carnes animais, particularmente as vermelhas e as processadas, deve diminuir, inclusive considerando que, pelo seu preço proporcionalmente mais alto do que proteínas de origem vegetal e de alimentos vegetais em geral, como cereais, frutas e verduras, o excesso de carnes comumente vem acompanhado da redução da diversidade da dieta como um todo.

Portanto, a adequação da oferta de produtos de origem animal às reais necessidades metabólicas e fisiológicas da população mundial abre caminho para técnicas produtivas regenerativas que reduzem concentração de animais no mesmo espaço, ampliam manejo e higiene adequados diminuindo consistentemente o uso de antibióticos como já se faz em países europeus, e permitem adequar o consumo a modelos produtivos que preservam serviços ecossistêmicos e bem-animal mediante criação bovina a pasto com intensificação moderada e baixo confinamento. Os achados evidenciados a partir dos dados brasileiros são fundamentais para repensar a relação entre sistemas alimentares, clima e biodiversidade: se as necessidades metabólicas humanas supridas por alimentos que hoje são vetores de destruição socioambiental são menores do que habitualmente se estima, isso amplia a possibilidade de proteção e promoção da biodiversidade a partir do aprimoramento e expansão de práticas produtivas regenerativas, beneficiando simultaneamente a saúde humana e desmontando o mito que serviu historicamente para justificar modelos produtivos intensivos e a promoção de ultraprocessados proteicos.

Reflexões iniciais sobre a reforma do multilateralismo a agenda global de SAN

Finalmente, saindo por completo o foco original do informe, traremos algumas reflexões iniciais sobre a reforma do multilateralismo a agenda global de SAN. Os movimentos para a reforma do multilateralismo global, como a iniciativa UN80 (ou ONU80), podem influenciar profundamente a agenda, governança e financiamento das agendas de nutrição da ONU sediadas em Roma, especificamente nas agências Programa Mundial de Alimentos (WFP/PMA), a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (IFAD), através de três eixos estruturantes inter-relacionados que promovem redução de fragmentação, fortalecimento de coordenação e reorientação de financiamento. Esse momento, em tese, visa não apenas melhorar a eficiência operacional, mas também pode reafirmar o valor do multilateralismo em um período de turbulência global, ancorando-se em responder a perguntas centrais sobre como a Organização pode ser mais eficaz, ágil, coordenada e preparada para enfrentar desafios atuais e futuros,

Essa lógica de transformação sistêmica impacta diretamente as Agências Baseadas em Roma (RBAs), que já demonstraram avanços em colaboração voltadas para sistemas alimentares,

nutrição e engajamento com o setor privado em 2025, mas que sob a atual reforma serão pressionadas a reduzir sobreposição de mandatos, implementar planejamento conjunto, programação integrada e compras institucionais compartilhado. Além disso, pode exigir maior coerência programática e alinhamento de evidências, financiamento e execução às prioridades nacionais dos países, além de redefinir prioridades para o período pós-Década de Ação sobre Nutrição (2016-2025), mantendo nutrição como elemento central da transformação de sistemas agroalimentares.

No âmbito da governança, a UN80 estrutura reformas em três eixos que impactam diretamente a governança de nutrição em Roma:

- o Eixo 1 de Eficiências e Gestão criará centros administrativos consolidados em Nova Iorque e Bangkok, unificação de processamento de salários em Nova Iorque, Entebe e Nairóbi, e transferência de funções de sedes caras para locais de menor custo, o que para Roma pode significar redução de duplicação administrativa entre FAO, WFP e IFAD, compartilhamento de serviços de escritórios em nível global e em cada país, e possível realocação de funções de Roma para locais de menor custo afetando capacidade institucional especializada;

- o Eixo 2 de Revisão de Implementação de Mandatos, com relatório apresentado em agosto 2025 sob debate em grupo de trabalho informal, busca mandatos mais transparentes, menos relatórios e gestão de resultados harmonizada, o que implica revisão de mandatos da Década de Ação sobre Nutrição, e harmonização de indicadores entre FAO, OMS, WFP, IFAD e Unicef; e

- o Eixo 3 de Realinhamentos Estruturais e Programáticos explora clusters sistêmicos para reduzir fragmentação e melhorar coerência regional e em nível de país, o que pode levar à criação de clusters de nutrição e sistemas agroalimentares integrando múltiplas agências, melhor coordenação entre pilares de desenvolvimento sustentável, paz e segurança, e direitos humanos, e coerência reforçada entre FAO (sistemas agroalimentares), WFP (assistência humanitária e nutrição), e IFAD (investimento agrícola rural).

No âmbito do financiamento, a reforma inclui o fortalecimento de financiamento conjunto (*pooled funding*), com impactos diretos nas agências de Roma: a ONU propôs cortes de mais de US$ 500 milhões no orçamento regular de 2026, representando redução de 15,1% em recursos e quase 19% em postos de trabalho comparado a 2025, o que para nutrição em Roma pode criar mecanismos conjuntos FAO-WFP-IFAD para nutrição através de recursos compartilhados e fortalecimento de financiamento compartilhado, embora com risco de redução de recursos para programas de nutrição se não forem protegidos como essenciais, além de oportunidades de financiamento inovador como o Fundo ODS (*SDG Fund*) e parcerias de financiamento.

Ainda nesse contexto, é impossível não abordar a questão da redução recente do financiamento das agências do sistema ONU. A redução do financiamento europeu e, particularmente, a retirada de verbas dos Estados Unidos para o WFP e a FAO constituem uma crise de financiamento catastrófica para a segurança alimentar e nutricional mundial, representam impactos diretos que afetam populações vulneráveis em escala global com consequências em saúde, economia e estabilidade social, configurando-se como um evento sem precedentes que ameaça reversão de décadas de progresso na redução da má nutrição.

O WFP, por exemplo, como maior operador humanitário global de alimentação, projeta queda de 34% em seu orçamento devido aos cortes de financiamento dos EUA, com cortes que podem deixar de atender até 3 milhões de pessoas em situação de fome emergencial. As implicações operacionais desses cortes são devastadoras: o WFP só poderá atender um terço dos 318 milhões de pessoas que precisarão de ajuda alimentar em 2026, deixando aproximadamente 212 milhões de pessoas sem assistência, com cortes operacionais em países específicos como Mianmar, Afeganistão, partes da África e campos de refugiados em Bangladesh, com projeção de até 369 mil crianças por ano morrendo devido à desnutrição aguda grave não tratada.

Além disso, estudos publicados na The Lancet (Cavalcanti *et al.*, 2025) estimam que os cortes anunciados pelo governo estadunidense às ações do USAID podem levar a mais de 14 milhões de mortes evitáveis até 2030, sendo que um terço dessas fatalidades prematuras afetará crianças, com mais 4,5 milhões de crianças menores de cinco anos (aproximadamente 700 mil por ano). Apesar da crise, pois em junho 2026 o governo estadunidense anunciou contribuição de US$ 800 milhões ao WFP beneficiando 38 milhões de pessoas vulneráveis em 37 países, mas este valor representa apenas fração dos fundos anteriores e vem após meses de incerteza que já causaram danos operacionais.

A FAO, por sua vez, perdeu 106 projetos financiados pelos EUA e deverá eliminar até 600 postos de trabalho, com impactos diretos na capacidade técnica e operacional da organização, incluindo redução de capacidade institucional com eliminação desses empregos que significa perda de expertise técnica especializada em agricultura, segurança alimentar, nutrição e desenvolvimento rural, o cancelamento de 106 projetos de desenvolvimento que incluem iniciativas de segurança alimentar, fortalecimento de sistemas agrícolas, nutrição comunitária e desenvolvimento de pequenos agricultores, impacto em programas de longo prazo de desenvolvimento agrícola e segurança alimentar interrompidos abruptamente afetando continuidade de programas de capacitação, infraestrutura rural e resiliência alimentar, e redução de vigilância e monitoramento com capacidade comprometida de monitorar segurança alimentar global, produzir relatórios como SOFI (Situação da Fome no Mundo) e detectar crises emergentes.

Os impactos econômicos e de produtividade decorrentes da redução do financiamento incluem perda de produtividade com pessoas que recebem ajuda alimentar tendo maior capacidade de trabalho e produção, sem ajuda perdendo capacidade produtiva, custos de saúde aumentados com desnutrição aumentando risco de doenças sobrecarregando sistemas de saúde já fragilizados, e ciclo de pobreza com famílias sem ajuda alimentar vendendo ativos para comprar comida perdendo capacidade de geração de renda futura, enquanto impactos em sistemas alimentares e agricultura incluem pequenos agricultores afetados com programas de desenvolvimento agrícola interrompidos afetando 190.000 pequenos agricultores que dependiam de financiamento do Fundo ODS e outras fontes, resiliência alimentar comprometida com projetos de fortalecimento de sistemas agrícolas locais e resiliência alimentar cancelados, e insegurança alimentar rural com comunidades rurais dependentes de programas de desenvolvimento agrícola perdendo apoio técnico e financeiro.

Além disso, as implicações de saúde são amplas e interconectadas incluindo mortalidade materno-infantil aumentada com desnutrição materna aumentando risco de mortalidade materna e complicações no parto, doenças infecciosas com crianças desnutridas tendo maior susceptibilidade aumentando mortalidade por pneumonia, diarreia e outras infecções, déficits de desenvolvimento com desnutrição em primeiros 5 anos de vida causando déficits cognitivos

permanentes afetando educação e produtividade futura, e sobrecarga de sistemas de saúde com sistemas já fragilizados em países de baixa renda enfrentando aumento de casos de desnutrição e doenças associadas.

Outro ponto, normalmente pouco explorado é dos riscos do financiamento das agências e de iniciativas globais pelo setor privado, particularmente por indústrias ligadas ao agronegócio e alimentos ultraprocessados, que representam perigos reais de captura da agenda e uso para *blue washing*, a exemplo do que já alertamos em informes anteriores em relação a iniciativas como o *Scaling Up Nutrition* (SUN) e a própria Cúpula de Sistemas Alimentares (ACT Promoção da Saúde, 2024). Seriam importantes, portanto, mecanismos de identificação e mitigação de conflito de interesses nessas relações, possivelmente acompanhados de uma governança fortalecida com maior participação da sociedade civil sem conflitos de interesses para salvaguardar as agendas e as instituições.

Além disso, vale destacar que as análises prévias que encontramos sobre a relação entre a reforma do multilateralismo global e as agências de nutrição e segurança alimentar e nutricional comumente ignoram o potencial papel da Nutrição ONU (*UN Nutrition*), como potencial articulador das agências baseadas em Roma, mas que na prática tem atuação mais coadjuvante. Essa constatação reforça as preocupações que já manifestamos em informes anteriores sobre o próprio papel da Nutrição ONU e dos mecanismos de articulação entre as agências de nutrição, que poderiam ser potencializadas com essa coordenação comum.

Em síntese, argumenta-se que a reforma do multilateralismo pode transformar a arquitetura de nutrição da ONU em Roma por meio de maior coerência programática com redução de silos entre FAO, WFP e IFAD, eficiências operacionais com serviços administrativos compartilhados, compras conjuntas e planejamento integrado em países piloto, financiamento mais concentrado com financiamento conjunto. Por outro lado, isso pode vir acompanhado de riscos de cortes adicionais se nutrição não seja priorizada como mandato essencial, da redefinição de prioridades pós-2025 com transição da Década de Ação sobre Nutrição para nova agenda alinhada com os ODS e da pressão exigindo uma ONU que entrega melhor em segurança alimentar e nutricional global com redução de sobreposições de agenda e cooperação em campo.

Portanto, será um desafio crítico será equilibrar eficiências de custos com articulação de atividades e preservação de capacidade institucional especializada em nutrição em Roma, garantindo que reformas não diluem a expertise técnica necessária para enfrentar a dupla carga de má nutrição globalmente composta por desnutrição e doenças crônicas não transmissíveis associadas a padrões alimentares inadequados.

Conclusão

O papel dos alimentos de origem animal terrestre, particularmente a carnes, é importante nas diferentes culturas alimentares pelo mundo, porém tiveram seu papel exacerbado por uma demanda não fundamentada em critérios nutricionais e fisiológicos. Em consequência, a produção aumentou significativamente nas últimas décadas e, particularmente as carnes, passaram a ocupar posição cada vez mais relevante no comércio internacional como commodities e representam grande parcela das exportações de países como o Brasil.

Graças a isso, crises como ameaças de proibição da importação das carnes brasileiras pela UE tomam dimensão de ameaça econômica e geopolítica, ainda que os outros mercados

como EUA e China representem mais para as exportações nacionais, ao mesclarem argumentos sanitários com potenciais lobbies camuflados de produtores nacionais na Europa.

Não se pode esquecer, porém, que a pecuária de grande escala está diretamente ligada à lógica dos sistemas alimentares hegemônicos, em que se ligam às monoculturas como soja e milho (destinadas também para consumo animal) e as indústrias de ultraprocessados, reforçando a tripla monotonia dos sistemas alimentares, com seus impactos sobre a saúde humana, animal e planetária.

Novamente, temos, em países como o Brasil, a contradição representada pelo compromisso com a transformação dos sistemas alimentares visando a saúde e a sustentabilidade, enquanto os sistemas hegemônicos são alicerce das exportações, levando financiamentos internos muitas e muitas vezes maiores do que os da agricultura familiar e ocupando a maioria das terras cultivadas, além de pressionarem governos e congressistas pelo afrouxamento da legislação ambiental.

Além disso, outra contradição é que ainda prevalece o mito do déficit proteico, que caminha lado a lado com a atual supervalorização das proteínas nas dietas, quando na realidade não há déficit proteico, tampouco necessidade de tantas proteínas adicionais. Naturalmente, essas novas demandas criadas são prontamente atendidas e reforçadas pelas indústrias, com produtos com mais proteínas sob a falsas alegações de saúde.

Diante desse crescimento projetado e dos custos sanitários e ambientais documentados, no relatório da FAO recomenda-se a transição para sistemas produtivos mais sustentáveis e eficientes, com redução do consumo excessivo em países desenvolvidos, implementação de normas rigorosas de segurança alimentar, políticas de conservação hídrica e florestal, e investimento em pesquisa para mitigação de emissões pecuárias. Assim, a FAO e organizações internacionais preconizam abordagens integradas que conciliem produtividade, sustentabilidade e saúde pública, reconhecendo que a expansão ilimitada da produção de carnes encontra limites ecológicos e sanitários intransponíveis. A consecução desses objetivos demanda políticas coordenadas que articulem dimensões ambientais, nutricionais e de equidade social, promovendo dietas equilibradas e sistemas alimentares resilientes.

Por fim, no campo da reforma do sistema multilateral global, o cenário ainda é de incerteza, porém os recentes cortes orçamentários já têm impactos consideráveis sobre a atuação das agências sediadas em Roma já demonstram que o foco excessivo na eficiência econômica pode reduzir o alcance da atuação nas agendas e o apoio aos países, de modo que o acompanhamento das propostas de reforma e de sua implementação serão fundamentais para evitar maiores retrocessos nos indicadores globais e, inclusive, para apoiar os países no enfrentamento dessas contradições relativas às proteínas animais.

Referências

ABRAMOVAY, R. *et al.* O mito do déficit proteico. Revista de Saúde Pública, v. 59, n. e21, p. 1–7, 2025.

ACT PROMOÇÃO DA SAÚDE. Dossiê big food 2.0: como a indústria interfere em políticas de alimentação. [s.l: s.n.].

CAVALCANTI, D. M. *et al.* Evaluating the impact of two decades of USAID interventions and projecting the effects of defunding on mortality up to 2030: a retrospective impact evaluation and forecasting analysis. The Lancet, v. 406, n. 10500, p. 283–294, 2025.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). Drivers of supply and demand of terrestrial animal source food – An evidence and policy overview on the state of knowledge and gaps. [s.l: s.n.]. Disponível

em: <https://doi.org/10.4060/cd9125en>.

IHME. Global Health Data Exchange – GHDx. Disponível em: <http://ghdx.healthdata.org/gbd-results-tool>.

ROCKSTRÖM, J. *et al.* The EAT–Lancet Commission on healthy, sustainable, and just food systems. The Lancet, v. 406, p. 1625–1700, 2025.

WILLETT, W. *et al.* Food in the Anthropocene: the EAT-Lancet Commission on healthy diets from sustainable food systems. Lancet (London, England), v. 393, n. 10170, p. 447–492, 2019.

ZANTEN, H. H. E. VAN *et al.* Defining a land boundary for sustainable livestock consumption. Global Change Biology, v. 24, n. 9, p. 4185–4194, 2018.

AGRINFO. "List of Non-EU Countries Compliant with New EU Antimicrobial Requirements – AGRINFO Platform." Agrinfo.eu, 3 July 2024, agrinfo.eu/book-of-reports/provisional-list-of-non-eu-countries-compliant-with-new-eu-antimicrobial-requirements/.

COOK, Garrett. "Morgan Stanley Sees Limited Impact from EU Brazil Protein Ban." Investing.com South Africa, Investing.com, 8 June 2026, za.investing.com/news/stock-market-news/morgan-stanley-sees-limited-impact-from-eu-brazil-protein-ban-93CH-4318060. Accessed 18 June 2026.

COUTO, Clarice. "EU Ban on Brazilian Meat Hits Meatpackers' Shares." Valor international, 9 June 2026, valorinternational.globo.com/agribusiness/news/2026/06/09/eu-ban-on-brazilian-meat-hits-meatpackers-shares.ghtml. Accessed 18 June 2026.

CAPUZZI, Bruno; GILIO, Leandro; YOSHIDA, Enresto. "European Union Rule on Antimicrobials Raises Concerns about Brazilian Meat – Media – Insper." Https://Agro.insper.edu.br/Storage/Mediaarticles/May2026/HgRtGrQo6lMCCnaealLj-Thumb.jpg, 2023, agro.insper.edu.br/en/midia/artigos/regra-da-uniao-europeia-sobre-antimicrobianos-acende-alerta-para-carne-brasileira. Accessed 18 June 2026.

EUROPEAN COMMISSION. "EU and Mercosur Sign Historic Agreement Creating One of the Largest Free Trade Zones in the World." European Commission – European Commission, 2026, ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ac_26_163.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). "FAO Study: Global Meat Supply Quadrupled over Six Decades, but Uneven Distribution Persists." Newsroom, FAO, 6 May 2026, www.fao.org/newsroom/detail/fao-study--global-meat-supply-quadrupled-over-six-decades--but-uneven-distribution-persists/en.

GILIO et. al. "European Union Rule on Antimicrobials Raises Concerns about Brazilian Meat –

MEDIA INSPER. Https://Agro.insper.edu.br/Storage/Mediaarticles/May2026/HgRtGrQo 6lMCCnaealLj-Thumb.jpg, 2023,agro.insper.edu.br/en/midia/artigos/regra-da- uniao- europeia-sobre-antimicrobianos-acende-alerta-para-carne-brasileira. Accessed 18 June 2026.

EUROPEAN UNION. "Implementing Regulation – EU – 2024/2598 – EN – EUR-Lex." Europa.eu, 2024, eur-lex.europa.eu/eli/reg_impl/2024/2598/oj/eng. Accessed 22 June 2026.

PANDEY, Samayak , et al. "FAO Study: Global Meat Supply Quadrupled over Six Decades, but Uneven Distribution Persists." Newsroom, FAO, 6 May 2026, www.fao.org/newsroom/detail/fao-study--global-meat-supply-quadrupled-over-six-decades--but-uneven-distribution-persists/en.

PAULA, Salati. "Veto à Carne Do Brasil: Por Que a União Europeia Quer Mais Controle Sobre Antibióticos Na Pecuária | G1." G1, 14 June 2026, g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2026/06/14/porque-a-uniao-europeia-quer-mais-controle-sobre-antibioticos-na-pecuaria.ghtml. Accessed 18 June 2026.

PESCE, Martina. "EU-Mercosur and CAP Reform: The Search for European Competitiveness – EST." EST – European Student Think Tank, Apr. 2026, esthinktank.com/2026/04/01/eu-mercosur-and-cap-reform-the-search-for-european-competitiveness/. Accessed 18 June 2026.

TELES, Isabel, and Julia Payne. “Brazil Contests EU Move to Block Animal Product Shipments.” Reuters, 12 May 2026, www.reuters.com/business/eu-block-brazil-animal-product-exports-september-2026-05-12/.

WALENDORFF, Rafael. “EU Rejects Brazil’s Transition Proposal on Antimicrobials.” Valorinternational, 27 May 2026, valorinternational.globo.com/agribusiness/news/2026/05/27/eu-rejects-brazils-transition-proposal-on-antimicrobials.ghtml. Accessed 18 June 2026.

---. “UK May Follow EU in Restricting Brazilian Meat Imports.” Valorinternational, 8 June 2026, valorinternational.globo.com/agribusiness/news/2026/06/08/uk-may-follow-eu-in-restricting-brazilian-meat-imports.ghtml. Accessed 22 June 2026.

WRIGHT, Ruth. “EU’s Brazil Meat Ban Targets the Wrong Problem, Say NGOs.” Euronews, euronews.com, 14 May 2026, www.euronews.com/2026/05/14/the-problem-is-not-the-antibiotics-animal-welfare-groups-react-angrily-to-brazilian-meat-b. Accessed 18 June 2026.